



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Ata da 6ª Reunião da Câmara de
Compensação Ambiental da Secretaria
de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável do
Amazonas (CECA/SDS).**

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e onze, com início às quatorze horas e quinze minutos e término às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), foi realizada a Sexta Reunião da Câmara de Compensação Ambiental (CECA/SDS), tendo como pauta única a apreciação da Minuta do Decreto Estadual de Compensação Ambiental. O Prof. José Adailton Alves, Presidente da CECA, iniciou a reunião comentando sobre a importância da regulamentação do artigo 53 e 54 da Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto ao cálculo, cobrança, revisão de valores, aplicação e gestão dos recursos oriundos da Compensação Ambiental de atividades ou empreendimentos, licenciados com base em estudos ambientais nas suas várias modalidades, bem como, em EIA/RIMA e/ou EPIA/RIMA, levando-se em consideração a magnitude do impacto ambiental e a noção de níveis e/ou graus de impactos socioambientais e culturais. Em seguida foi feita a leitura da minuta do decreto, ponto a ponto, e inseridas as contribuições e exclusões no documento. Os pontos conflitantes, não contemplados pelo que dispõe o art. 36 da Lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC); os arts. 31 ao 34 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006; o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009; e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar nº 53/2007, que institui SEUC, foram os seguintes: 1) conceituação e aplicabilidade jurídica da Compensação Ambiental Retroativa, que na minuta de decreto estava conceituada da seguinte forma: *“Compensação ambiental retroativa: medida administrativa adota para cobrança da compensação ambiental aos empreendimentos licenciados, anteriormente a lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, com ou sem apresentação de estudos ambientais, em suas várias modalidades”*; 2) Inserção do desenvolvimento de planos e ou programas voltados à proteção e conservação ambiental nos municípios afetados pelas unidades de conservação. Sobre esse assunto, após debate foram efetuadas as seguintes considerações: a) Deve-se formular uma LEI ESPECÍFICA para oficializar o tema que não está contemplado na Lei Complementar nº. 53/2007; e, b) Elaborar Lei para Compensação Ambiental por impactos não mitigáveis, excluindo-se os critérios da Compensação Ambiental dada pelo SNUC/SEUC. Como resultado da reunião, os itens da minuta de decreto apreciados e aprovados pelo Colegiado da CECA encontram-se inseridos nessa Ata até o item *“Da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA”*. Foi deliberado que haverá uma Reunião no dia 21/06/2011 (terça-feira), às 14:00, na Sala de Reunião do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), para continuidade dos trabalhos a partir do item *“Da Fixação da Compensação Ambiental”*. Sem mais para o momento, eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da presente reunião, informo que a ata é validada por todos que subscrevem a lista em anexo.


João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

MINUTA

DECRETO Nº XXX, DE XX DE JUNHO DE 2011

1 - ITENS DA MINUTA DE DECRETO APRECIADOS E APROVADOS PELO COLEGIADO DA CECA – Resultado da 6ª Reunião da CECA de 14/06/2011.

Regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar 53 de 05 de junho de 2007, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO que o Princípio do Poluidor/Usuário-Pagador, estabelecido no art. 225 da Constituição Federal e no art. 14, da Lei Federal nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe ao degradador a obrigação de indenizar os danos causados e ao usuário a obrigação de compensar a utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

CONSIDERANDO que a regularidade do licenciamento ambiental de estabelecimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente degradadores/poluidores do ambiente dependem do pagamento de medidas de compensação ambiental.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 36 da Lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar nº 53/2007, de 05 de junho de 2007, que institui do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 31 ao 34 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, e o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para a compensação ambiental;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 3378/2008, com julgamento em 09/04/2008, reputou parcialmente inconstitucional o § 1º do art. 36 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer metodologia para valoração da compensação-compartilhamento sobre o grau dos significativos impactos ambientais, atendendo à decisão do Supremo Tribunal Federal;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Compensação Ambiental, que tratam os artigos 53 e 54, da Lei Complementar 53, de 05 de junho de 2007, para efeito de cálculo, cobrança, revisão de valores, aplicação e gestão dos recursos oriundos da Compensação Ambiental de Empreendimentos.

gibris

Art. 2º Para os fins deste Decreto definem-se:

I – Significativo impacto ambiental – nível de impacto decorrente de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente impactantes, que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais;

II - Poluição Ambiental: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. (Lei nº 1.532, art. 3º);

III – Estudos Ambientais: São todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento apresentado como subsídio para análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco (Resolução 237 Conama);

IV – Medidas Mitigadoras: São aquelas destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude.

V - Compensação Ambiental: retribuição, legalmente exigível e devida à coletividade, pelo uso de recursos e serviços ambientais na implantação e operacionalização de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente impactantes, determinando-se percentual de valor para cobrança, a partir da análise dos estudos ambientais e da determinação da magnitude do impacto de caráter irreversível ou não, com objetivo de apoiar a criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação, ou de desenvolver atividades estruturantes que reforcem a consolidação do Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC);

VI – Plano de Aplicação – instrumento de planejamento, elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), baseado em prioridades e diretrizes estratégicas e de gestão, e em proposições apreciadas pela Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CTCA, que orientará o Plano Operativo Anual de aplicação dos recursos da compensação ambiental;

VII - Plano Operativo Anual (POA) - instrumento executivo do Plano de Aplicação, com metas de execução, para cada uma das prioridades, elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM);

VIII – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) – instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre empreendedor e a SDS, que estabelece as obrigações, valor do recurso, prazos e demais informações pertinentes, para a execução das medidas de compensação ambiental, aprovadas pela Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), devendo ser assinado até a liberação da Licença de Operação (LO);

IX – Custo Total de Implantação do Empreendimento – Somatório dos investimentos inerentes à implantação do empreendimento, excluindo-se a elaboração e a implementação de Planos, Programas e Ações de Mitigação e Melhoria da Qualidade Ambiental estabelecido no processo de licenciamento.

Julian



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

XI - Convênios - Instrumento firmado entre o SDS/IPAAM e o Empreendedor quando se tratar de órgão público;

XII - Plano de Trabalho - conjunto de atividades e ações técnicas decorrentes da destinação dos recursos de cada empreendimento a serem implementadas como parte do TCCA;

XIII - Parecer de Gradação - documento de caráter técnico, elaborado por equipe multidisciplinar, resultante da análise de estudos ambientais e teor contido no Processo de Licenciamento Ambiental, determinando, a partir da metodologia de cálculo, o percentual da Compensação Ambiental;

XIV - Deliberação - etapa do processo de discussão nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado da CECA, referentes ao parecer técnico de gradação do IPAAM e de indicativos de aplicação dos recursos da compensação ambiental apresentados pelo CEUC e órgãos afins;

XV - Monitoria - etapa de acompanhamento e supervisão das ações a serem implementadas segundo os Planos de Trabalho com base em critérios e indicadores;

XVI - Avaliação - etapa de análise e verificação da aplicação dos recursos e instrumentos da compensação ambiental; e

XVII - Projetos Estruturantes - são ações que atendam um conjunto de UC diretamente ou não afetadas pelo empreendimento, assim como, promovam apoio na elaboração de planos e programas voltados a proteção e conservação ambiental nos municípios contemplados por unidades, com o objetivo de implementação do SEUC.

Da aplicação dos recursos da Compensação Ambiental

Art. 3.º Os recursos oriundos da Compensação Ambiental tem por objetivo a implantação e implementação de Unidades de Conservação (UC), existentes ou a serem criadas:

I - existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas ser beneficiárias com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infraestrutura existente; e

II - inexistindo unidade de conservação ou zona de amortecimento afetada, parte dos recursos oriundos da compensação ambiental deverá ser destinada à criação, implantação ou manutenção de Unidade de Conservação localizada preferencialmente na mesma bacia hidrográfica do empreendimento ou atividade licenciada, considerando as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, identificadas conforme o disposto no Decreto n. 5.092, de 21 de maio de 2004, bem como as propostas apresentadas no EIA/RIMA.

Parágrafo único. O montante de recursos que não forem destinados na forma dos incisos I e II deste artigo deverá ser empregado na criação, implantação ou manutenção de outras unidades de conservação em observância ao disposto no SEUC/SNUC.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Art. 4.º As atividades a serem consideradas na aplicação dos recursos de compensação ambiental, poderá seguir as seguintes prioridades:

- I - regularização fundiária e demarcação das UC;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de gestão;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua zona de amortecimento;
- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de novas UC; e
- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para a gestão da UC e Zona de Amortecimento;

§1º. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- a - elaboração do Plano de Gestão ou nas atividades de proteção da unidade;
- b - realização das pesquisas necessárias para a gestão da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
- c - implantação de programas de educação ambiental na unidade; e
- d - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

§2º Serão destinados 2% do valor da compensação ambiental, a ser obrigatoriamente previsto no Plano de Trabalho, para manutenção da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA).

§3º Serão destinados 20% do valor da compensação ambiental, a ser obrigatoriamente previsto no Plano de Trabalho, para realização das ações de fiscalização ambiental nas Unidades de Conservação pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), podendo ser utilizado para aquisição dos equipamentos e demais materiais necessários as ações.

Art. 5º - É facultado ao empreendedor, apresentar propostas para o cumprimento da compensação, que serão analisadas e verificadas sua elegibilidade, em consonância com o Plano de Aplicação e Plano Operativo Anual da Compensação Ambiental.

Da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA

Art. 6º. Fica criada a Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), vinculada ao órgão gestor, composta por representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), tendo suas diretrizes normatizadas por Regimento Interno próprio.

Art. 7º - A CECA, é um órgão de caráter deliberativo, tendo como finalidade:

- I – Estabelecer prioridades e diretrizes para a aplicação de Compensação Ambiental (CA) no Estado do Amazonas;
- II - Orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e prioridades referentes à CA;
- III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à CA;
- IV - Avaliar e auditar a metodologia de cálculo da CA.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

2 - ITENS DA MINUTA DE DECRETO A SEREM APRECIADOS PELA CECA
Reunião a ser realizada no dia 21/06/2011, às 14:00 – Sala de Reunião do CEUC.

Da Fixação da Compensação Ambiental

Art. 8.º Para os fins de fixação da compensação ambiental, o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais, considerando-se a amplitude dos impactos gerados.

Art. 9º. Nas atividades ou empreendimentos causadores de significativa degradação, licenciados com base em estudos ambientais nas suas várias modalidades, bem como, em EIA/RIMA, o valor destinado à compensação ambiental será estabelecido, no correspondente procedimento de licenciamento, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) do custo total da respectiva implantação, devendo, a graduação dos percentuais, considerar a amplitude dos impactos gerados.

§ 1.º A verificação do custo total da implantação da atividade ou empreendimento será realizada mediante:

- I – No caso de execução pelo Poder Público, pelo valor dos respectivos contratos;
- II – No caso de execução por concessionária ou permissionária de serviço público, por informação do Poder Concedente;
- III – No caso de execução por particular, pelos valores lançados para fins de imposto de renda ou por outro meio que se mostrar mais adequado.

§ 2.º Na valoração dos danos ambientais, o IPAAM deverá fundamentar a exigência do percentual, quantificando os danos a partir da análise dos estudos ambientais ou de outros estudos disponíveis, com base em métodos de avaliação objetivos e reconhecidos na prática.

Art. 11º Nas atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais para fins econômicos, o valor da compensação ambiental será estabelecido com base no respectivo estudo ambiental, indicado pelo órgão ambiental, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) do custo total da respectiva implantação.

§ 1.º Deliberação específica estabelecerá os casos em que será cobrada a compensação ambiental definida no caput deste artigo e fixará a maneira de apurar-se o valor e o modo pelo qual se fará o pagamento da compensação ambiental nos casos de supressão de vegetação, corte de árvores isoladas ou outras atividades que utilizem ou degradem recursos ambientais, gerando impactos de menor magnitude.

§ 2.º Quando a compensação for estabelecida com base no custo total do empreendimento, aplicar-se-ão as normas dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo anterior.

g. luis



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Da cobrança da Compensação Ambiental

Art. 12.º Serão passíveis da cobrança de Compensação Ambiental as atividades ou empreendimentos causadores de significativa degradação, licenciados com base em estudos ambientais nas suas várias modalidades, bem como em EIA e/ou EPIA/RIMA, levando-se em consideração a magnitude do impacto ambiental e a noção de níveis e/ou graus de impactos socioambientais e culturais.

Art. 13º - Caberá ao IPAAM realizar o cálculo da compensação ambiental, e efetuar a cobrança do valor em percentuais na expedição da Licença de Operação (LO), e prescrevendo a medida nas demais licenças ambientais do empreendimento.

Art. 14º - Conforme determinação da CECA, em acordo com as diretrizes do Plano de Aplicação e de seu respectivo Plano Operativo Anual, a compensação ambiental poderá ser cumprida através de:

I – execução direta de serviços;

II – dação de bens móveis ou imóveis;

III - depósito de recursos financeiros em conta específica da SDS seja efetivado a partir de um plano de investimento para a compensação ambiental, em até quatro parcelas, devendo ser a primeira paga em até:

a - 30 (trinta) dias da concessão da Licença de Operação (LO), quando a compensação ambiental for estabelecida como condicionante na fase de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);

b - 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Termo de Compromisso, quando a obrigatoriedade do cumprimento da compensação ambiental for estabelecida nas outras fases do licenciamento;

§ 1º - O recolhimento das parcelas sucessivas se dará mensalmente a partir do primeiro recolhimento.

§ 2º - O não cumprimento do recolhimento das parcelas previstas nos prazos estabelecidos sujeita-se a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sem prejuízo das demais penalidades previstas no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

§ 3º - No caso do inciso II do *caput* deste artigo, poderá ser admitida como forma alternativa de cumprimento da compensação ambiental a dação em pagamento de imóvel no interior de unidade de conservação, pendente de regularização fundiária.

§ 4º - No caso previsto no parágrafo anterior, é necessária prévia avaliação pela SDS do imóvel a ser dado em dação em pagamento.

§ 5º - No caso do inciso III do *caput* deste artigo, quando a unidade de conservação a ser beneficiada não estiver sob a administração da SDS, o empreendedor deverá repassar diretamente os recursos financeiros, definidos pela CECA, ao órgão gestor da unidade de conservação favorecida.

Art. 15º - O não cumprimento das obrigações e prazos acordados no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental será comunicado à SDS, para as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das consequências explícitas no próprio Termo de Compromisso.

Parágrafo Único - A SDS realizará monitoramento físico-financeiro, com base em critérios e indicadores definidos para garantir o processo de execução da Compensação Ambiental, emitindo relatório semestral à CECA.

Handwritten signature

Art. 16º - Será objeto de auditoria a aplicação dos recursos de Compensação Ambiental, conforme Plano de Trabalho definido e assinado.

Art. 17º - Nas atividades ou empreendimentos implantados, em implantação ou que venham a ser implantados sem o correspondente licenciamento ambiental, o valor da compensação ambiental será estabelecido no respectivo procedimento de licenciamento para ajustamento de conduta, assim como, o IPAAM e a SDS procederão a cobrança retroativa da compensação ambiental.

Art. 18º - O IPAAM deverá rastrear os empreendimentos implantados antes da edição deste Decreto e em operação, sem o respectivo atendimento a compensação ambiental em suas licenças ambientais, devendo requerer ao empreendedor, sua regularização mediante expedição licença de operação corretiva ou retificadora, e pagamento do valor correspondente a compensação.

§ 1º Os empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental e que não tiveram a compensação ambiental definida na fase de licença prévia, terão a compensação ambiental estabelecida, na fase de licenciamento em que se encontrarem.

§ 2º Os empreendimentos, em implantação ou operação e não licenciados deverão regularizar-se atendendo ao disposto nos termos deste Decreto, desde que a implantação do empreendimento tenha ocorrido após a data de publicação da Lei Federal n 9.985, de 18 de julho de 2.000.

§ 3º No caso de ampliação ou modificação de empreendimento já licenciado, o cálculo da compensação ambiental terá como base o Valor Total do Empreendimento relativo à sua ampliação ou modificação.

§ 4º Os empreendimentos que concluíram o processo de licenciamento após a publicação da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e que não tiveram suas compensações ambientais definidas, serão convocados pelo IPAAM, para se adequarem ao disposto nos termos deste Decreto.

§ 5º Os empreendimentos que concluíram o licenciamento ambiental antes de 18 de julho de 2000 e se encontram em fase de renovação de licença, serão passíveis da cobrança retroativa da compensação ambiental, com os valores corrigidos.

Art. 19º - O IPAAM/SDS de comum acordo com os empreendedores, tendo em vista o interesse de implementar ações em UC, poderão propor a CECA o adiantamento voluntário e parcial do valor da Compensação Ambiental, para o qual será assinado entre a SDS, IPAAM e empreendedor um Termo de Compromisso de Adiantamento Parcial e Voluntário da Compensação Ambiental. Sendo após cálculo efetivo da CA, descontados o valor adiantado, mediante assinatura do TCCA.

Art. 20º - Não serão reavaliados os valores combinados ou pagos, nem haverá a obrigatoriedade de destinação de recursos complementares constantes em acordos, termos de compromisso, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), contratos, convênios, atas ou qualquer outro documento formal firmados pelos órgãos ambientais, a título de compensação ambiental.

Do Processo Administrativo da Compensação Ambiental

Art. 21º - Fixada a condicionante da compensação ambiental, caberá à SDS a instrução de processo, para análise e deliberação da CECA, elaborando parecer técnico consubstanciado, com os critérios considerados pelo IPAAM na composição do percentual de compensação ambiental e com a forma de cumprimento e de aplicação do recurso proposta pelo CEUC, em consonância com o Plano Operativo Anual.

§ 1º O IPAAM encaminhará formalmente à SDS o valor da Compensação Ambiental, acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Cálculo dos valores da Compensação Ambiental com base no Valor de Total do Empreendimento;
- II – Cópia da Licença Prévia e da Licença de Instalação;
- III – Valor de Total do Empreendimento encaminhado pelo empreendedor;
- IV – Parecer Técnico de Gradação sobre os estudos ambientais, Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e estudos complementares.

Parágrafo Único – Quando se tratar de áreas urbanas deverá ser encaminhado o parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

§ 2º - O empreendedor deve apresentar ao IPAAM a Declaração do Investimento Total do Empreendimento ou Atividade, em moeda corrente, quando do requerimento da Licença Operação (LO).

- I – A informação sobre o Valor de Total do Empreendimento deverá ser prestada por profissional legalmente habilitado e estará sujeita à revisão, por parte do IPAAM/SDS, impondo-se ao profissional que a prestou e ao empreendedor, as sanções administrativas, civis e penais, nos termos da lei, se comprovada a falsidade da mesma.
- II - No detalhamento do Valor de Total do Empreendimento, deverão ser computados, também, aqueles valores destinados à mitigação dos impactos causados pelo empreendimento.
- III - Os investimentos relativos a atividades licenciadas em processos distintos, mas integrantes de um mesmo empreendimento, serão incorporados no custo total dos valores de referência daquele empreendimento.

§ 3º - A Presidência da Câmara de Compensação Ambiental procederá o agendamento e a convocação da reunião junto aos membros da Câmara, enviando em anexo cópia da proposta de cálculo e plano de trabalho.

§ 4º - A reunião ocorrerá com a seguinte sequência:

- I – A SDS apresentará Parecer sobre os autos do processo de compensação ambiental do empreendimento em licenciamento;
- II – O IPAAM fará apresentação do Parecer sobre os estudos ambientais e da proposta de Cálculo para Compensação Ambiental;
- III – O CEUC executará apresentação sobre a proposta das UC a serem contempladas e do Plano de Trabalho;
- IV – Os Membros da CECA deliberam sobre o processo de Compensação Ambiental.

Parágrafo Único: Caberá recurso as deliberações da CECA, onde deverão ser adotados os seguintes trâmites:

- I - Da decisão do cálculo da compensação ambiental caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias;
- II - O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior; e
- III - O órgão licenciador deverá julgar o recurso no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

John



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

§ 5º - O CEUC, deverá avaliar periodicamente o andamento das ações das respectivas UC emitindo relatório de monitoria à Secretaria Executiva da CECA.

Art. 22º - O Termo de Compromisso de Compensação Ambiental deverá ser assinado no prazo máximo de 60 dias, a contar da publicação da decisão da CECA no Diário Oficial do Estado de Amazonas.

Parágrafo Único - Caso o empreendedor não assine o referido Termo no prazo estipulado, a SDS e IPAAM expedirão notificação ao interessado para que, no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura do Termo de Compromisso, sob pena de solicitação à SDS, das providências cabíveis.

Art. 23º - A obrigatoriedade de cumprimento da compensação ambiental somente será considerada atendida, para fim de emissão de licença subsequente, após a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, bem como, comprovação do depósito do valor com a apresentação do Extrato da Conta Bancária indicada pela CECA e do Termo de Quitação devidamente assinado entre as partes.

Banco de Dados dos Empreendimentos passíveis de CA

Art. 24º - Caberá ao IPAAM e a SDS a construção do Banco de Dados Estadual para Monitoramento do estágio do licenciamento dos empreendimentos passíveis da cobrança de compensação ambiental.

Art. 25º - O Banco de Dados deverá ser estruturado a partir das seguintes questões:

- i) Tipo de Atividade;
- ii) Nível de Impacto Ambiental;
- iii) Denominação do empreendimento;
- iv) Nome do empreendedor;
- v) Número do Processo de Licenciamento;
- vi) Municípios localizados na área de influência;
- vii) Dimensão da área de influência (km, km²);
- viii) EIA e/ou EPIA / RIMA ----- Solicitado / Em elaboração / Concluído;
- ix) Consulta Pública realizada ----- Sim ou Não;
- x) Quantidade de programas ambientais ----- Designados e/ou Em Execução;
- xi) Estágio das licenças ambientais ----- LP / LI / LO

Disposições Finais

Art. 26º - A SDS responsável pela gestão dos recursos de compensação ambiental, deverão dar publicidade, bem como informar anualmente ao CEMAAM, a aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental apresentando, no mínimo, o empreendimento licenciado, o percentual, o valor, o prazo de aplicação da compensação, as unidades de conservação beneficiadas, e as ações nelas desenvolvidas.

Art. 27º - A metodologia para Cálculo da Compensação Ambiental terá sua norma instituída pela SDS, ouvido o IPAAM, e será estabelecida no prazo de 03 (três) meses, a contar da publicação desse Decreto, para construção da metodologia a ser adotada para cálculo da



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

compensação ambiental, e estabelecimento os critérios para a gradação do significativo impacto ambiental, os indicadores e as fórmulas.

Parágrafo Único - O SDS terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da publicação desse Decreto, para indicar as instituições e seus devidos representantes para a CECA.

Art. 28º. O Órgão Gestor, poderá destinar até 10% dos recursos advindos desta fonte para atividades de grande relevância ambiental para o Estado do Amazonas, que beneficiem direta ou indiretamente as Unidades de Conservação e sua Zona de Amortecimento, em especial para:

- I – Cooperação Interinstitucional para fins de conservação da biodiversidade;
- II – Ações de Educação Ambiental;
- III – Formação e manutenção de Agentes Ambientais Voluntários (AAV);
- IV – Apoio a elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, assim como, os planos municipais;
- V – Apoio a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico, assim como, os planos municipais;
- VI – Apoio as atividades de proteção e conservação ambiental desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente no Estado do Amazonas.

art. 29º - no caso do empreendimento de significativo impacto ambiental afetar unidade de conservação federal, estadual ou municipal ou sua zona de amortecimento, esta será uma das beneficiárias dos recursos provenientes da compensação ambiental, sendo a outra parte do recurso aplicada conforme o plano operativo anual.

§1º - na hipótese de ser afetada unidade de conservação federal ou municipal, o órgão gestor definirá, ouvindo a UC afetada, a aplicação dos recursos.

§2º - na hipótese de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN ser afetada, esta será uma das beneficiárias dos recursos da compensação ambiental, em consonância com o plano operativo anual.

Art. 30º - Os casos omissos quanto à aplicação dos procedimentos relativos à compensação ambiental serão analisados pela SDS/IPAAM e encaminhados para apreciação e decisão do plenário da CECA.

Art. 28 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Y. Pinheiro



SDS

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

6ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental

Data: 14/06/2011 (Terça-Feira);

Horário: 14:00

Local: Sala de Reunião do Gabinete da SDS.

Pauta: Decreto Estadual de Compensação Ambiental

| Nº | Nome | Instituição | e-mail | Fone Institucional | Celular |
|----|-------------------------------|-------------|--------------------|--------------------|-----------|
| 01 | Fábio Rodrigues Brito | SEACA/SDS | Fabio@seaca.gov.br | 8202-4170 | 8202-4170 |
| 02 | Fábio Rodrigues Brito | IPAA/SDS | | 2123-6718 | |
| 03 | Manoel Figueiredo S. Pinheiro | IPAA/SDS | | 2123-6723 | |
| 04 | Manoel Figueiredo S. Pinheiro | IPAA/SDS | | 2123-6743 | |
| 05 | Gerson Oliveira | IPAA/SDS | | 2123-6705 | |
| 06 | Sergio Cançalves | CEVC | | 9193-7651 | |
| 07 | Sergio Cançalves | IPAA/SDS | | 2123-6705 | |
| 08 | | | | | |
| 09 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |

Av. Mário Ypiranga, 3280 – Parque 10 de Novembro – CEP. 69.050-030 – Manaus – AM

Fone : (92) 3236-8596 – 3642-4388 - Fax : (92) 3642 4388

web: <http://www.sds.am.gov.br> e-mail: prof_adailton@yahoo.com.br